RESUMO - ESTUDOS TEÓRICOS, DOCUMENTAIS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA - POLÍTICAS PÚBLICAS NO CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DIRETRIZES TÉCNICAS E NORMATIVAS PARA A EXPANSÃO DA REDE DE OFICINAS ORTOPÉDICAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO NO SUS

Junio Alves De Lima (ftjuniolima@gmail.com)

Sarah Angelo Peregrino E Silva (sarahperegrinoto@gmail.com)

Maria Eduarda Camilo Damião (mecamilod@gmail.com)

Alysson Matias De Araujo (alyssom10@live.com)

José Ribamar Cipriano Da Silva (ribamar.biologo@gmail.com)

Karen Lucia De Araujo Freitas Moreira (Karen.araujo@academico.ufpb.br)

Introdução: A Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta desafios estruturais relacionados à descentralização e ao acesso a Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM). A carência de unidades produtivas regionais sobrecarrega centros de referência e dificulta a assistência em áreas remotas. Diante desse cenário, a estruturação de projetos que estabeleçam diretrizes reais para a implantação de Oficinas

Ortopédicas é estratégica para garantir o direito à mobilidade. Objetivo: Relatar a experiência de elaboração de diretrizes técnicas e normativas para a estruturação de oficinas ortopédicas em âmbito estadual, visando a padronização e eficiência dos serviços a partir da análise de instrumentos do Ministério da Saúde e da realidade do território. Relato de Experiência: A iniciativa fundamentou-se em um diagnóstico situacional que identificou vazios assistenciais e desafios críticos na gestão de recursos públicos. Observou-se que o processo de estruturação enfrenta barreiras burocráticas complexas, especialmente na aquisição de equipamentos. A dependência de fornecedores estrangeiros e a vulnerabilidade à variação cambial do dólar dificultam o planejamento financeiro. Além disso, a manutenção de estoques e a lentidão nos processos licitatórios de insumos evidenciaram a necessidade de mecanismos para compras céleres. Outro entrave identificado foi a ausência de documentos oficiais para padronização de atendimentos, fichas de avaliação, Procedimentos Operacionais Padrão e linhas de produção. Diante disso, o projeto atuou na normatização de condutas e na criação de instrumentos de fluxo baseados no estudo do território, definindo quais dispositivos seriam fabricados conforme a demanda local. A análise dos processos de trabalho revelou que o arcabouço normativo e os documentos oficiais que regem a ortopedia técnica no SUS apresentam uma defasagem crítica em relação às inovações tecnológicas e às reais necessidades clínicas contemporâneas. Observou-se a urgência de uma revisão criteriosa no rol de Classificação Internacional de Doenças (CID), uma vez que as diretrizes vigentes muitas vezes restringem o acesso a dispositivos de tecnologia avançada a pacientes que, embora possuam indicações funcionais claras, não se enquadram nos códigos pré-estabelecidos. Além disso, há uma necessidade premente de atualização dos projetos básicos das oficinas ortopédicas do SUS para que incorporem tecnologias modernas, permitindo a produção e entrega de equipamentos que atendam a padrões de desempenho e personalização superiores. Conclusões: A criação de normativas para oficinas ortopédicas é uma ferramenta de gestão indispensável para o fortalecimento da RCPD. A padronização dos processos permitiu uma expansão qualificada da rede, otimizando recursos e ampliando a oferta de OPM. Este relato reforça que a inovação na reabilitação exige a atualização constante das políticas públicas e

dos modelos de organização do cuidado, servindo como referencial para a autonomia na produção de tecnologia assistiva.

Palavras-chave: gestão em saúde; órteses e próteses; sistema único de saúde; políticas públicas; pessoa com deficiência.